

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 25 | Abril de 2019

66

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional,
Substituto**

Manoel Rodrigues dos Santos Junior

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Luciana Moura Martins Costa

Leandro Pereira da Rocha

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SAÍDA PRECOCE DO MERCADO DE TRABALHO: APOSENTADORIA OU DISCRIMINAÇÃO?

Ana Amélia Camarano¹

Daniele Fernandes²

Solange Kanso³

1 INTRODUÇÃO

Alguns dos desafios acarretados pelo envelhecimento populacional são o desequilíbrio nas contas previdenciárias e a mudança no perfil epidemiológico. Estudos nacionais e internacionais mostram que, a despeito do declínio das taxas de mortalidade e das melhorias nas condições de saúde, os trabalhadores têm entrado mais tarde e saído mais cedo da atividade econômica. Entram mais tarde, pois passam mais tempo na escola e saem mais cedo porque se aposentam mais cedo. A mudança no perfil epidemiológico dos trabalhadores brasileiros tem levado ao crescimento das aposentadorias por invalidez. O número dos benefícios concedidos por ano passou de 64 mil, em 1992, para 211 mil, em 2017.⁴

Seria de se esperar que uma vida mais longa aumentasse os retornos aos investimentos em capital humano e incrementasse os anos passados na atividade econômica. Bloom *et al.* (2011) acreditam que uma baixa fecundidade pode levar a uma força de trabalho mais capacitada no futuro, porque, com menos filhos, os pais podem investir mais na saúde, na cognição e na educação dos filhos. O resultado seriam adultos mais produtivos. Uma vida mais longa, também aliada a melhorias nas condições de saúde, pode levar a que os próprios indivíduos planejem trabalhar por mais tempo. Esta decisão depende, além das condições de saúde, do valor do benefício da aposentadoria, do nível de poupança, da escolaridade, do tipo de ocupação (se demanda mais ou menos força física) etc.⁵

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

3. Doutora em saúde pública.

4. De acordo com o *Anuário estatístico da Previdência Social* (AEPS/Infologo), disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Brasil, 2017).

5. Ver Campino *et al.* (2003), Camarano, Kanso e Fernandes (2013), Queiroz e Ferreira (2016), além de outros.

É ampla a literatura que associa a saída precoce do mercado de trabalho à expansão da cobertura da seguridade social.⁶ Isto ocorre apesar de a legislação previdenciária brasileira permitir que o aposentado volte ao mercado de trabalho sem nenhuma restrição, reduzindo o impacto de aposentadorias “precoces”. Camarano e Fernandes (2018) mostraram que, entre 1982 e 2014, a expectativa de vida dos homens brasileiros aos 16 anos aumentou 3,4 anos e o tempo passado na atividade econômica diminuiu 3,1. Estimativas de Queiroz e Ferreira (2016) apontam para uma duplicação do tempo passado pelos homens brasileiros na condição de aposentados entre 1980 e 2025. Este tempo pode aumentar de cinco para dez anos no período.

O adiamento da idade à aposentadoria tem sido considerado uma alternativa para conter o desequilíbrio fiscal na maioria dos países, inclusive no Brasil. O benefício da aposentadoria tem por objetivo repor a renda quando da perda da capacidade laborativa, mas não se conhece quando ocorre esta perda a não ser no caso de invalidez. Em geral, presume-se uma idade. Reconhece-se que ela deve ocorrer de forma diferenciada entre as várias ocupações, gênero, grupos sociais e raciais. Para algumas ocupações mais expostas a agentes nocivos ou condições de insalubridade, a legislação prevê tempos de contribuição diferentes.

O aumento da idade mínima leva à necessidade de se entender a capacidade/disponibilidade do mercado de trabalho de absorver essa mão de obra, bem como as condições para que os trabalhadores permaneçam ativos por mais tempo. Muitos estudos sugerem a existência de barreiras que dificultam a permanência do trabalhador mais velho na atividade econômica. Entre elas, cita-se o preconceito por parte dos empregadores. Segundo OECD (2016), estes tendem a ter uma percepção negativa desses trabalhadores pela sua dificuldade em se adaptar às mudanças tecnológicas e organizacionais, pelos custos da mão de obra, que crescem mais acentuadamente com a idade do que a produtividade, e por dificuldades que muitas empresas podem enfrentar no ajustamento do emprego às regras de proteção. Lahey (2008) e Neumark *et al.* (2015) encontraram para os Estados Unidos evidências de discriminação do trabalho de mulheres mais velhas, o que torna mais difícil para elas arrumar um novo emprego no caso da perda de um e/ou do desejo de mudar.

É comum se assumir que o envelhecimento da força de trabalho pode implicar um crescimento mais lento da produtividade. Uma pesquisa em países europeus analisou a relação entre envelhecimento da força de trabalho e produtividade entre 1950 e 2014. Encontrou que um aumento de 5% na participação de trabalhadores de 55 a 64 anos é associado a um decréscimo na produtividade do trabalho de 3%. O crescimento da produtividade total na área do euro foi projetado em 0,8% ao ano (a.a.). Este poderia ser 25% mais elevado (1% a.a.) se não fosse o envelhecimento (Aiyar, Ebeke e Shao, 2016).

Pode-se inferir a existência de preconceitos contra a mão de obra brasileira mais velha pelo crescimento do número de homens de 50 a 64 anos que não trabalhavam e não eram aposentados (nem-nem) entre 1984 e 2015. Constituíam 3,5% do total de homens nesta faixa etária e passaram a constituir 8,2%. Predominam entre eles os de baixa escolaridade (Camarano e Carvalho, 2015).

6. Ver Wise (1997; 2010), Hurd (1996), Mastrobuoni (2009), Camarano, Kanso e Fernandes (2013), Paiva, Rangel e Caetano (2016), além de outros.

A baixa escolaridade da população economicamente ativa (PEA) idosa pode ser um entrave à sua permanência na atividade econômica, em virtude do tipo de ocupação exercida pelos menos escolarizados. Isto é reforçado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que impactam diferentemente os trabalhadores. Segundo OECD (2016), 40% dos trabalhadores com escolaridade abaixo do secundário estão em ocupações em que há maior risco de serem descartados pelas novas tecnologias, enquanto menos de 5% dos com terceiro grau correm este risco. Além disso, em todos os países pesquisados, a saída tende a ser definitiva, ou seja, poucos trabalhadores retornam à atividade econômica. Esse mesmo relatório salienta que a probabilidade de se contratar um trabalhador com 50 anos ou mais é menos da metade da observada para trabalhadores com 25-49 anos. Este resultado sugere tanto uma discriminação com relação aos trabalhadores mais velhos quanto a falta de políticas públicas que visem reforçar a capacidade destes indivíduos para conseguir um novo emprego.

O objetivo deste trabalho é buscar entender a não participação de homens de 50-64 anos, aqui chamados de maduros, nas atividades econômicas. O foco nesse grupo etário deve-se ao fato de este grupo ser o que primeiramente será afetado pela reforma previdenciária proposta pelo governo. Esses podem ser aposentados que não voltaram ao mercado de trabalho ou nem-nem, que não participam do mercado de trabalho e não estão aposentados. Neste trabalho, o foco será nos nem-nem. Os dados utilizados são provenientes das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1992 a 2017. Em 2012, a metodologia desta pesquisa mudou radicalmente e dificultou a comparação temporal. A pesquisa antiga continuou até 2015 conjuntamente com a nova (PNAD Contínua).⁷ Como as condições de saúde são importantes na determinação desta participação, consideram-se, também, os dados dos suplementos sobre saúde realizados pelas PNADs de 1998, 2003 e 2008, bem como os da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, também realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Buscando atingir os objetivos propostos, o trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda traça um panorama da participação da população brasileira masculina de 50 a 64 anos nas atividades econômicas e a terceira detalha algumas características dos nem-nem. Utilizando-se de um modelo logístico, busca-se entender, na quarta seção, o que torna os homens nem-nem. Apresentam-se, na quinta seção, as considerações finais.

2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

2.1 Visão geral

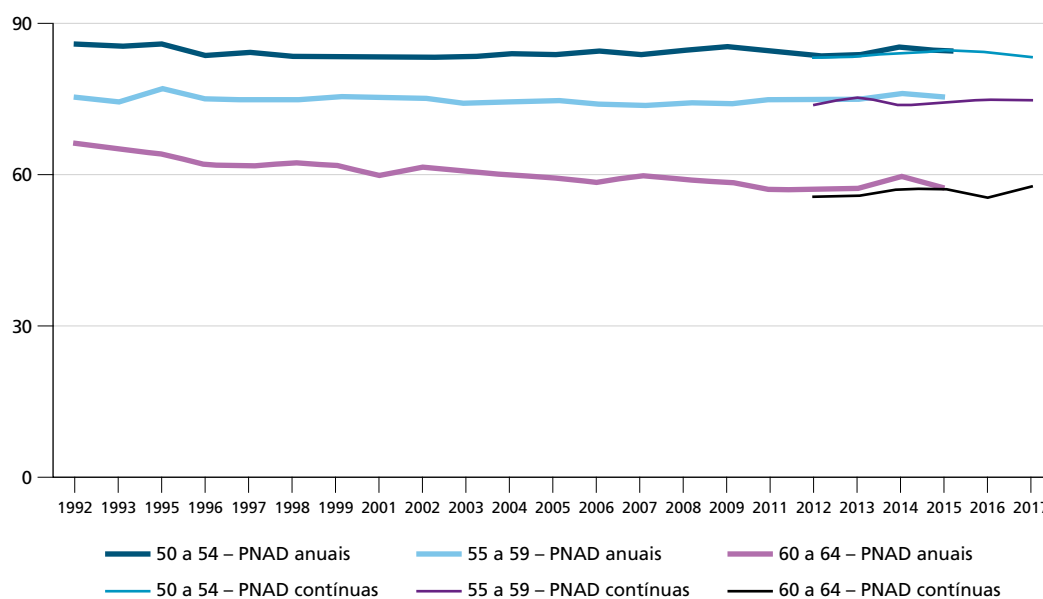
Como o interesse deste trabalho é a disponibilidade do indivíduo com idade mais avançada para participar da atividade econômica, analisam-se as taxas de atividade da população masculina de 50-64 anos no gráfico 1, desagregadas por grupos quinquenais de idade. Neste caso, está se considerando a população que trabalha e a que procura emprego. Essas taxas referem-se ao período 1992 a 2017 e são calculadas com as informações levantadas pelas PNADs anuais e contínuas. Os anos sem informações são devido ao fato de a PNAD não ter ido a campo. Chama-se atenção para a consistência nas tendências mostradas pelas duas pesquisas.

7. Para mais detalhes sobre a PNAD Contínua, consultar IBGE (2014).

GRÁFICO 1

Taxa de atividade da população masculina, por grupo de idade – Brasil (1992-2017)

(Em %)

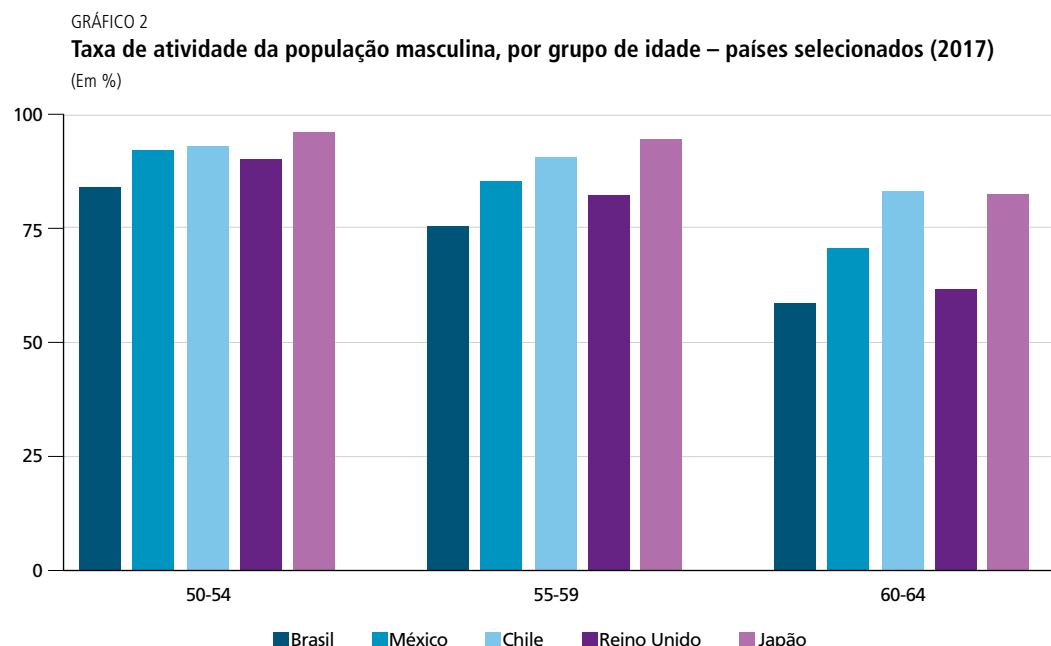


Fonte: PNADs anuais e contínuas.

Ao longo do período analisado, as taxas referentes aos grupos 50-54 e 55-59 anos ficaram aproximadamente constantes de acordo com as duas fontes utilizadas, em torno de 85% e 75%, respectivamente. Já a expectativa de vida aos 50 e 55 anos aumentou em 5,8 e 5,6 anos, respectivamente, entre 1992 e 2015. As taxas do grupo 60-64, por seu turno, apresentaram uma tendência ligeiramente declinante, provavelmente refletindo a expansão da cobertura da seguridade social. Em 2017, a taxa de atividade da população masculina foi de 58% e a expectativa de vida aumentou 5,4 anos.⁸

Comparando a experiência brasileira com a de alguns países europeus e latino-americanos, no gráfico 2, observa-se que as taxas de participação dos homens brasileiros são inferiores às verificadas para homens dos países comparados em todos os grupos de idade. As mais altas taxas foram verificadas no Japão e no Chile em todas as idades.

8. Estimativas das autoras.



2.2 Quem está fora da atividade econômica: os nem-nem e os apenas aposentados

Busca-se nesta subseção identificar quem são os homens inativos, ou seja, os que estão fora do mercado de trabalho. Do ponto de vista das instituições que regulam o curso da vida, homens nessa faixa etária deveriam estar aposentados ou trabalhando. O gráfico 3 apresenta as porcentagens de homens de 50 a 64 anos que não estão aposentados nem participam da atividade econômica (nem-nem),⁹ bem como os aposentados que não trabalham. **As porcentagens de nem-nem apresentaram um crescimento elevado; mais que dobraram no período.** Em 1992, eram os homens de 60 a 64 anos que mostravam a maior porcentagem (5,4%); em 2017, foi o grupo 55-59 anos. **No total de homens maduros, 10,5% encontrava-se na categoria de nem-nem.**

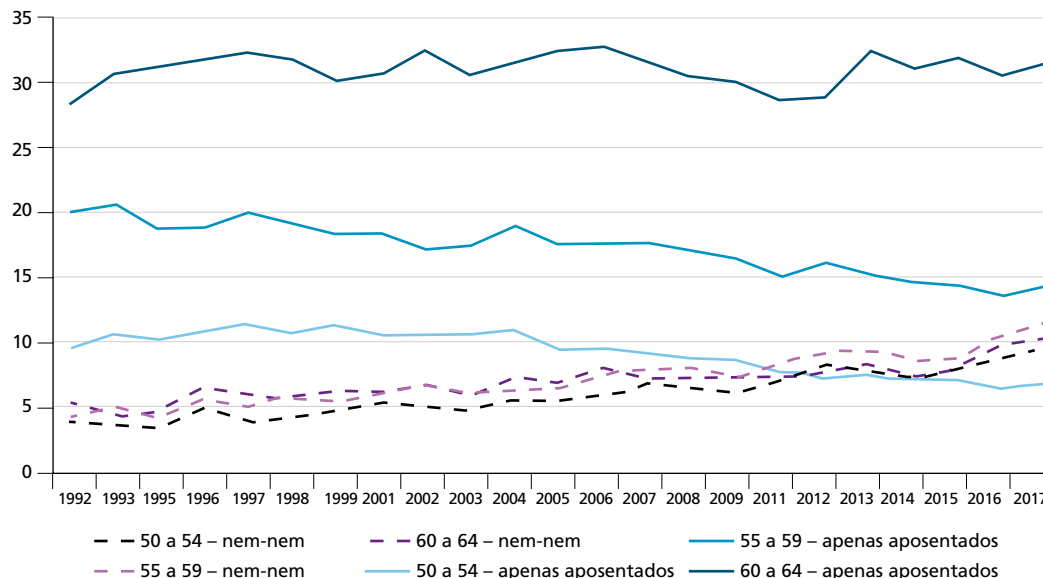
Outro grupo que está fora da atividade econômica é o formado por aposentados que não trabalham, aqui chamados de apenas aposentados. Em 2017, 15,8% dos homens de 50-64 anos encontravam-se nessa condição. O gráfico 3 mostra que, ao contrário do que aconteceu com os nem-nem, a porcentagem de aposentados diminuiu entre os homens de 50-59 anos e apresentou um ligeiro aumento entre os de 60-64. **A redução da proporção de apenas aposentados pode sugerir um adiamento da saída do mercado de trabalho e/ou dificuldades destes em se aposentar. Isso poderia explicar parte do crescimento dos nem-nem, o que, por sua vez, também sugere uma discriminação com relação ao trabalhador mais velho e a falta de políticas públicas que visem reforçar a capacidade destes indivíduos para conseguir um novo trabalho. É provável que parte destes nem-nem sejam desempregados desalentados, o que não os leva a procurar emprego.**

9. Nessa categoria não estão incluídas as pessoas que estão procurando trabalho.

GRÁFICO 3

Evolução da porcentagem de homens de 50 a 64 anos na condição de nem-nem e de apenas aposentados, por grupo de idade – Brasil (1992-2017)

(Em %)



Fonte: PNADs anuais e contínuas.

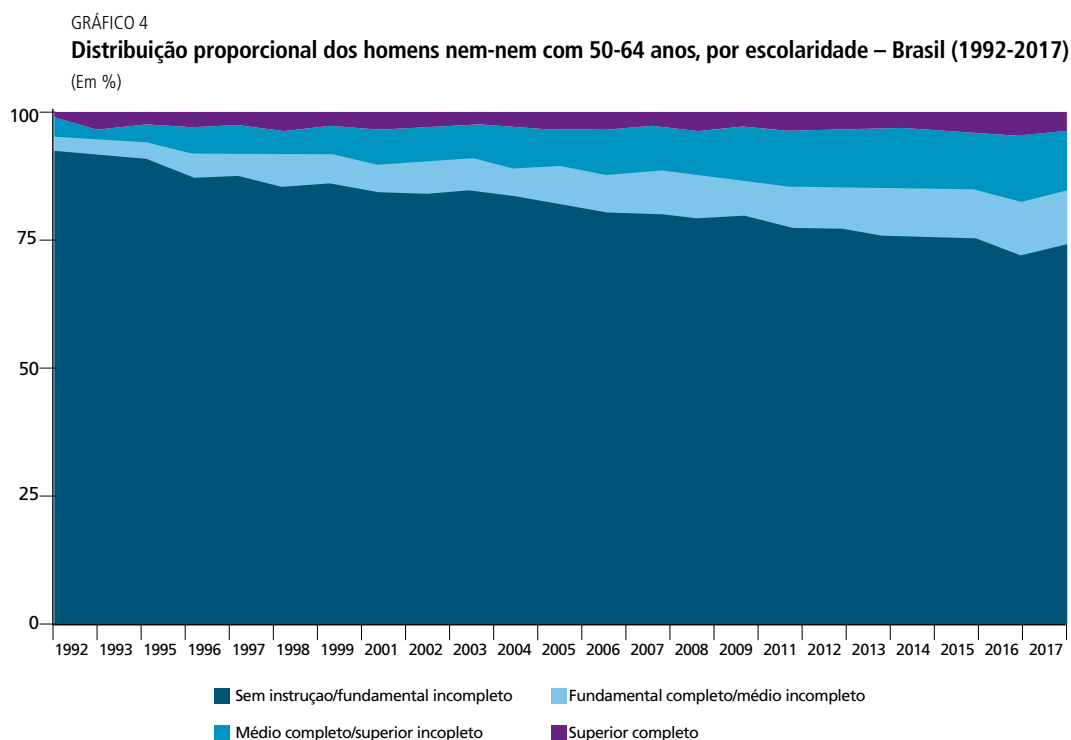
Embora considere-se que estejam participando do mercado de trabalho, chama-se atenção para o crescimento dos desempregados, ou seja, da porcentagem de homens de 50 a 64 anos que estão procurando trabalho. Constituíam 4,3% da população desse grupo em 1992 e 6,7% em 2017.¹⁰ Considerando os nem-nem, os apenas aposentados e os desempregados, aí se encontram 33,0%, ou seja, um terço dos homens maduros. Se as taxas de desemprego continuarem crescendo, pode-se esperar que uma parte desses desempregados se desloque para a categoria de nem-nem ou, se já tiver um histórico de contribuição, requeira a sua aposentadoria. Isto leva a se considerar que nem sempre aposentadorias precoces constituem uma escolha e podem resultar em dificuldades para os trabalhadores maduros, tais como exclusão social e impedimentos para o alcance de uma renda adequada quando da aposentadoria. Portanto, políticas que ajudem os trabalhadores a permanecerem por um tempo mais longo na atividade econômica podem ter, também, um impacto direto no bem-estar dos indivíduos.

3 OS HOMENS NEM-NEM

Busca-se nesta seção descrever quem são os homens nem-nem. **As variáveis consideradas foram escolaridade, condições de saúde e raça/cor.** Idade não foi considerada nesta descrição, pois a divisão dessa população pelos três grupos etários não mostrou mudanças significativas ao longo do tempo. Em 2017, aproximadamente 70% dos homens nem-nem tinham menos de 60 anos, proporção esta que não apresentou alterações expressivas ao longo do período analisado.

10. Dados não mostrados.

Escolaridade é uma variável considerada. Existe praticamente um consenso de que uma vida mais longa requer carreiras profissionais mais longas e de melhor qualidade. A distribuição percentual dos nem-nem com 50 a 64 anos de idade por escolaridade está mostrada no gráfico 4. A maioria desses homens não tem o curso fundamental completo. Embora esta proporção tenha diminuído de 90,5% para 76,5% no período considerado, ainda respondia por cerca de três quartos do total. A redução da proporção mencionada foi compensada pelo aumento dos que tinham fundamental e médio completo, especialmente neste último caso. Os dados deixam claro a importância da baixa escolaridade para a categoria. Ela funciona como um obstáculo para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, pode gerar preconceitos por parte do empregador. Além disso, acredita-se que os trabalhadores mais velhos e menos qualificados podem se sentir depreciados do ponto de vista do seu capital e não incentivados a melhorar a sua qualificação nem a procurar trabalho. De acordo com OECD (2016), a frequência a programas de treinamento declina com a idade, o que sugere expectativas baixas com relação ao retorno do investimento. Além disso, escolaridade e condições de saúde são bastante relacionadas.



Fonte: PNADs anuais e contínuas.

Condições de saúde também foram aqui consideradas assumindo que têm um impacto importante na permanência de um indivíduo de idade mais avançada na atividade econômica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu como trabalhador em envelhecimento aquele com 45 anos de idade ou mais. Assume-se que, a partir dessa idade, as perdas de algumas capacidades funcionais tendem a se acentuar se medidas preventivas não forem adotadas, bem como se as condições de trabalho não forem

adequadas. De uma maneira geral, os principais problemas de saúde que atingem os trabalhadores são os osteomusculares e os transtornos mentais, com destaque para a depressão. Condições inadequadas de trabalho podem acarretar riscos de natureza física, química, biológica ou organizacional, que podem também resultar no afastamento precoce do mercado de trabalho.

Foi observado para a América Latina que as condições de saúde da população de 50 a 70 anos melhoraram no período recente (Murray *et al.*, 2015; UN, 2017). Também se constatou que muitas ocupações estão demandando menos força física (Goos e Manning, 2007; Gordo e Skirbekk, 2013). Esta combinação poderia levar a um aumento da participação da população mais velha no mercado de trabalho. No entanto, Souza, Queiroz e Skirbekk (2018) apontaram que essa melhoria não se traduziu em um aumento nas taxas de participação dessa população, mas concluíram que a grande melhoria nessas condições poderá resultar em que a idade deixe de ser uma barreira para o trabalho da população mais velha.

Castro *et al.* (2018) analisaram os fatores associados à percepção da capacidade para o trabalho em uma amostra da população brasileira com 50 anos ou mais. Entre os participantes masculinos, 49,4% reportou boa capacidade para o trabalho e, entre as mulheres, 48,6%. Esta apresentou associações positivas com boa saúde e escolaridade, e negativas com a idade, o diagnóstico de depressão e ter ao menos uma doença crônica. Como as novas coortes de trabalhadores idosos serão mais escolarizadas, é provável que isto resulte em uma permanência mais longa e gere, também, um aumento de produtividade e melhores condições de saúde e autonomia.

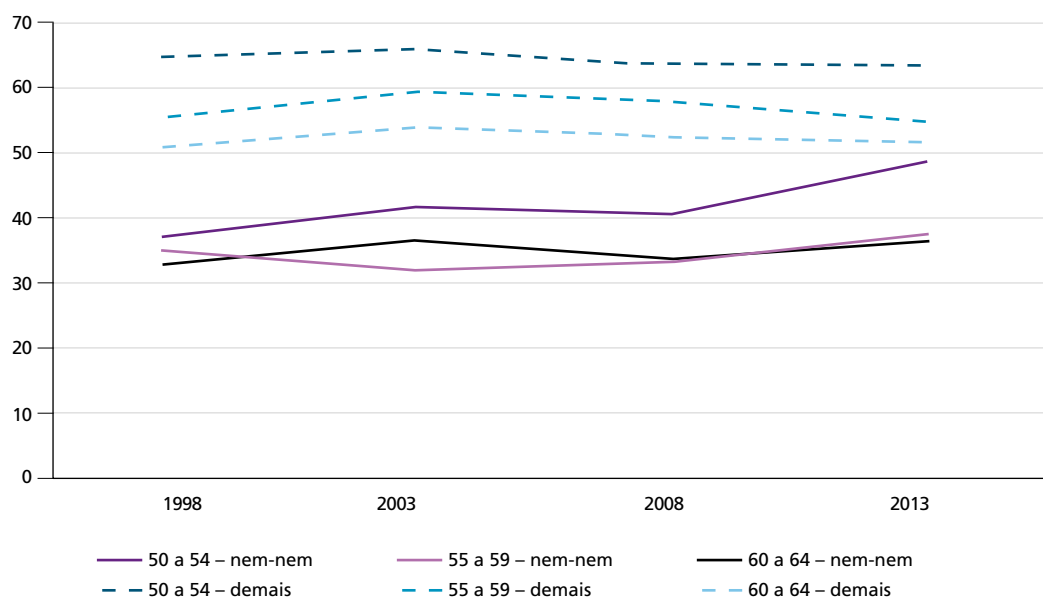
Dois indicadores foram considerados para avaliar a mudança nas condições de saúde: a proporção de homens de 50 a 64 anos que avaliaram sua saúde como ótima ou boa e a proporção que declarou ter dificuldades para exercer as atividades básicas da vida diária (AVDs), gráficos 5 e 6, respectivamente. Todos os dois indicadores foram apresentados por grupos de idade para os nem-nem e comparados ao restante da população (demais). Consideraram-se os anos de 1998, 2003, 2008 e 2013, que são os anos para os quais essas informações estão disponíveis.¹¹ Os dois indicadores confirmam, para os quatro anos e as duas categorias consideradas, que as condições de saúde declinam com a idade e que os nem-nem apresentam piores condições do que o restante da população.

Os dois indicadores não apontam para uma melhoria nas condições de saúde para nenhuma das duas categorias. Observa-se apenas um ligeiro aumento na proporção dos nem-nem de 50 a 54 anos que reportaram boas condições de saúde e uma redução dos de 60 a 64 que declararam dificuldades para as AVDs. Esta última foi observada para ambas as categorias. Chama-se atenção para o elevado aumento na proporção dos nem-nem com menos de 60 anos com dificuldades para as AVDs entre 2003 e 2008. Não foi possível medir a duração dessa dificuldade (temporária ou permanente), mas sabe-se que esses nem-nem não se aposentaram por invalidez.

11. Na PNS 2013, a presença de AVDs foi verificada apenas para a população de 60 anos ou mais.

GRÁFICO 5

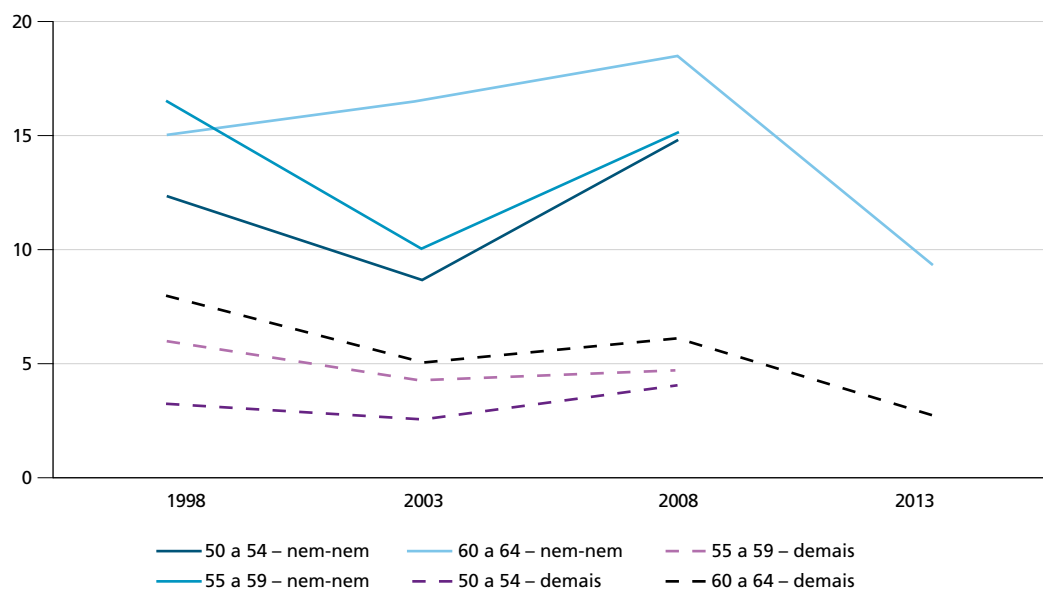
Porcentagem de homens de 50 a 64 anos que declararam sua saúde como ótima ou boa, por grupo de idade e categoria – Brasil



Fontes: PNADs 1998, 2003 e 2008 (suplemento saúde); e PNS 2013.

GRÁFICO 6

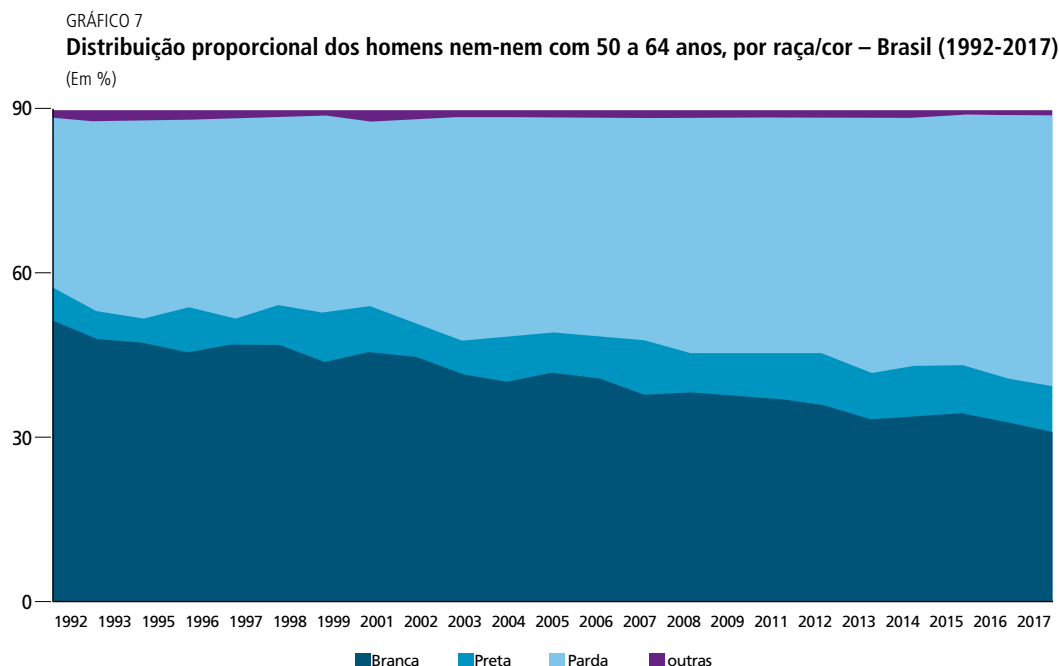
Porcentagem de homens de 50 a 64 anos que declararam ter alguma dificuldade para realizar as AVDs, por grupo de idade e categoria – Brasil



Fontes: PNADs 1998, 2003 e 2008 (suplemento saúde); e PNS 2013.

A última variável considerada foi raça/cor. A distribuição percentual dos nem-nem por raça/cor para os anos estudados está mostrada no gráfico 7. Considerou-se a população branca, preta e parda. Indígenas e asiáticos foram agrupados em “outras” dado o pequeno número de observações. Em 1992, a maioria dos nem-nem era de cor branca, 57,6%.

Esta proporção decresceu ao longo do período em prol do crescimento da participação de pardos e negros, o que pode ser parcialmente explicado por uma melhor declaração da cor. Em 2017, 64,1% dos nem-nem eram constituídos por pardos e negros.



Sintetizando, os nem-nem maduros estão concentrados na faixa de 50 a 59 anos, possuem uma escolaridade muito baixa, reportaram condições de saúde piores do que a dos demais grupos e são super-representados entre a população parda e preta.

4 O QUE LEVA UM HOMEM MADURO A SE TORNAR UM NEM-NEM?

Esta seção apresenta os resultados de um modelo logístico, que mede o efeito que determinadas características têm sobre a chance de um indivíduo a partir de 50 anos de idade se tornar um nem-nem. Para isso, foram selecionadas algumas variáveis que foram agrupadas em três blocos.

1) Sociodemográfico:

- a. idade contínua;
- b. escolaridade dividida em quatro categorias: *i*) sem instrução/fundamental incompleto; *ii*) fundamental completo/médio incompleto; *iii*) médio completo/superior incompleto; e *iv*) superior completo; e
- c. raça dividida em duas categorias: *i*) branco; e *ii*) não branco (preto, pardo, amarelo e indígena).

2) Saúde:

- a. autopercepção da saúde dividida em duas categorias: *i*) boa saúde inclui os indivíduos que declararam considerar seu estado de saúde como muito bom ou

bom; e *ii*) as outras categorias de respostas agrupam indivíduos que declararam não ter boas condições; e

- b. dificuldades em realizar as AVDs, tais como ir ao banheiro, tomar banho e alimentar-se sozinho, divididas em duas categorias: *i*) não; e *ii*) sim.

3) Domicílio:

- a. rendimento domiciliar *per capita* contínuo;
- b. posição no domicílio dividida em quatro categorias: *i*) pessoa responsável pelo domicílio; *ii*) cônjuge; *iii*) filho; e *iv*) outro parente; e
- c. domicílio com presença de criança com menos de 16 anos e/ou idoso com 80 anos ou mais dividido em duas categorias: *i*) não; e *ii*) sim.

Todas essas variáveis foram calculadas para cada indivíduo. A tabela 1 apresenta os resultados dos coeficientes estimados (β) para as variáveis, os parâmetros que foram interpretados como razões de chance e os intervalos de confiança. Todas as variáveis utilizadas mostraram-se significativas.

As características sociodemográficas dos homens consideradas mostraram-se significativamente associadas com o fato de estes serem nem-nem. O avanço da idade reduz ligeiramente a chance de um homem ser nem-nem em cerca de 2%, o que pode estar relacionado à possibilidade de este se tornar um beneficiário da seguridade social, seja contributiva, seja assistencial. A escolaridade também mostrou uma relação negativa com a chance de um indivíduo se tornar um nem-nem. Conforme aumenta sua escolaridade, menores são estas chances. Por exemplo, aqueles que têm nível superior completo têm 53,0% menos chance de ser um nem-nem. Para quem tem médio completo ou superior incompleto, a chance é 29% menor. O fundamental completo ou médio incompleto reduz em apenas 2% essa chance. Já ser pardo ou preto aumenta em 1,3 vez a chance de um homem com 50 ou mais anos se tornar um nem-nem comparado aos brancos.

No que diz respeito às condições de saúde, não ter boa saúde aumenta a chance de um indivíduo do sexo masculino ser nem-nem em 1,3 vez. Já ter alguma dificuldade para realizar as AVDs reduz em 2% a chance de ser nem-nem em relação àqueles que não têm AVDs, resultado que vai no sentido oposto ao esperado, o que pode estar afetado pela variável sobre condições de saúde e, também, pelo fato de as informações sobre o desempenho das AVDs na PNS só incluir as pessoas com 60 anos ou mais, ao contrário das demais informações.

Embora significativo, o rendimento médio domiciliar *per capita* não apresentou nenhum efeito na chance de o indivíduo ser um nem-nem. Quanto à composição domiciliar, as maiores chances de um indivíduo se tornar um nem-nem, 1,1 vez, são quando ele é outro parente. É possível que esse indivíduo tenha ido morar com parentes por ter se tornado um nem-nem. Já ser cônjuge ou filho da pessoa de referência reduz em torno de 38% e 28%, respectivamente, a chance desses homens de se tornarem nem-nem. A última variável considerada foi a presença de crianças e/ou idosos no domicílio. É possível que a presença de membros dependentes nesses domicílios faça com que mais homens tenham que trabalhar ou buscar trabalho para ajudar estes membros.

Sumarizando, o perfil encontrado pelo modelo revela que as maiores chances de um indivíduo com 50 anos ou mais ser um nem-nem são ter escolaridade baixa, ser pardo ou negro, ter saúde regular ou ruim e morar com parentes.

TABELA 1

Razão de chance de homens de 50 anos ou mais serem nem-nem e seus respectivos intervalos de confiança, segundo variáveis – Brasil (2013)

Variáveis	Coeficiente β	Razões de Chance	IC 95%	
			Inferior	Superior
Sócio Demográfico				
Idade	-0,0158	0,9844	0,9841	0,9846
Escolaridade				
<i>Sem instrução/fundamental incompleto</i>	-0,0174	0,9828	0,9736	0,9920
<i>Fundamental completo/Médio incompleto</i>	-0,3478	0,7062	0,6981	0,7144
<i>Médio completo/Superior incompleto</i>	-0,7560	0,4695	0,4641	0,4751
<i>Superior Completo</i>	0,0000	1,0000		
Raça				
<i>Branco</i>	0,0000	1,0000		
<i>Não branco</i>	0,2677	1,3070	1,3004	1,3136
Saúde				
Auto percepção da saúde				
<i>Boa</i>	0,0000	1,0000		
<i>Não boa</i>	0,2441	1,2764	1,2699	1,2830
AVD				
<i>Não</i>	0,0000	1,0000		
<i>Sim</i>	-0,0208	0,9795	0,9666	0,9924
Arranjo Domiciliar				
Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i>	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Posição no domicílio				
<i>Chefe ou pessoa de referencia</i>	0,0000	1,0000		
<i>Cônjuge</i>	-0,4846	0,6159	0,6109	0,6210
<i>Filho</i>	-0,3251	0,7225	0,7060	0,7393
<i>Outro parente</i>	0,1130	1,1197	1,1069	1,1327
Presença de criança com menos de 16 anos e/ou idosos no domicílio				
<i>Não</i>	0,0000	1,0000		
<i>Sim</i>	-0,2991	0,7415	0,7374	0,7456

Fonte: PNS 2013.

Elaboração das autoras.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a participação dos homens brasileiros maduros nas atividades econômicas é baixa segundo a experiência internacional. Os inativos estão precocemente aposentados ou discriminados no mercado de trabalho. Escolaridade muito baixa e condições de saúde piores do que as dos demais homens podem contribuir para uma dificuldade de inserção. Não se analisou o grupo de apenas aposentados; não se sabe, portanto, por que não voltaram à atividade econômica. Isto pode ter ocorrido por alguma incapacidade física ou mental, ou por se sentirem discriminados.

A importância de uma permanência mais longa no mercado de trabalho deve-se não apenas aos desafios trazidos pelas pressões previdenciárias, mas também aos impactos negativos que uma saída precoce do mercado de trabalho pode gerar nos indivíduos, especialmente, nos do sexo masculino. Ou seja, pode gerar perda de papel social, o que leva à depressão, ao alcoolismo, além da diminuição da sua renda, afetando o mercado de consumo.

Chama-se atenção para o fato de as políticas de reposição de renda, como a previdenciária, assumirem um critério arbitrário para a perda de capacidade laborativa, que não leva em conta o potencial de empregabilidade do trabalhador mais velho. Sem dúvida, é importante o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria não apenas por questões fiscais, mas porque o regime demográfico atual resultará em que uma grande proporção da força de trabalho seja composta por pessoas de idades mais avançadas. Isto ressalta a importância de se eliminarem as barreiras impostas à participação destas pessoas na atividade econômica, seja por baixa qualificação, seja por incapacidade.

A discriminação em relação ao trabalho das pessoas mais velhas é uma questão importante na determinação da sua permanência no mercado de trabalho. “Discriminação por idade é a antítese do envelhecimento ativo. Esta forma de exclusão não é apenas injusta, mas é um desperdício econômico” (Walker, 2002, p. 128, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- AIYAR, S.; EBEKE, C.; SHAO, X. The euro area workforce is aging, costing growth. **IMFBlog**, 17 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/M8CtJF>>.
- BRASIL. **Anuário Estatístico da Previdência Social (Aeps) 2017**. Brasília: MF; Dataprev, 2017.
- BLOOM, D. *et al.* **Population aging: facts, challenges, and responses**. Cambridge: Harvard University, 2011. (Working Paper, n. 71).
- CAMARANO, A. A.; CARVALHO, D. F. O que estão fazendo os homens maduros que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2757-2764, 2015.
- CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Condições de empregabilidade do trabalhador mais velho. In: DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (Orgs.). **Desafios da nação: artigos de apoio**. Brasília: Ipea, 2018. v. 2.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. **Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1890).
- CAMPINO, A. C. C. *et al.* Oferta de trabalho de idosos na cidade de São Paulo: o papel da condição de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Annablume, 2003.
- CASTRO, C. M. S. *et al.* Curso da vida e capacidade para o trabalho entre adultos mais velhos: ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, sup. 2, 2018.
- GOOS, M.; MANNING, A. Lousy and lovely jobs: the rising polarization of work in Britain. **The Review of Economics and Statistics**, v. 89, n. 1, p. 118-133, 2007.

- GORDO, L. R.; SKIRBEKK, V. Skill demand and the comparative advantage of age: jobs tasks and earnings from the 1980s to the 2000s in Germany. **Labour Economics**, v. 22, p. 61-69, 2013.
- HURD, M. The effect of labor market rigidities on the labor force behaviour of older workers. *In*: WISE, D. (Org.). **Advances in the economics of aging**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. v. 1.
- LAHEY, J. N. A. Age, women, and hiring: an experimental study. **Journal of Human Resources**, v. 43, n. 1, p. 30-56, 2008.
- MASTROBUONI, G. Labor supply effects of the recent social security benefit cuts: empirical estimates using cohort discontinuities. **Journal of Public Economics**, v. 93, n. 11/12, p. 1224-1233, 2009.
- MURRAY, C. J. L. *et al.* Global, regional, and national disability-adjusted life years (DALYs) for 306 diseases and injuries and healthy life expectancy (HALE) for 188 countries, 1990-2013: quantifying the epidemiological transition. **The Lancet**, v. 386, n. 10009, p. 2145-2191, 2015.
- NEUMARK, D. *et al.* **Is it harder for older workers to find jobs?** New and improved evidence from a field experiment. Cambridge: NBER, 2015. (Working Paper Series, n. 21669).
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Automation and independent work in a digital economy**. Paris: OECD Publishing, 2016.
- PAIVA, L. H.; RANGEL, L. A.; CAETANO, M. A. **O impacto das aposentadorias precoces na produção e na produtividade dos trabalhadores brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2211).
- QUEIROZ, B. L.; FERREIRA, M. L. A. The evolution of the elderly labor force participation and retirement in Brazil: 1980-2025. *In*: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, Washington, 2016. **Anais...** Washington: PAA, 2016.
- SOUZA, L. R.; QUEIROZ, B. L.; SKIRBEKK, V. Trends in health and retirement in Latin America: are older workers healthy enough to extend their working lives? **The Journal of the Economics of Ageing**, 2018.
- UN – UNITED NATIONS. **World population prospects: key findings and advance tables – the 2017 revision**. Nova Iorque: Desa/UN, 2017. (Working Paper, n. 248).
- WALKER, A. A strategy for active ageing: second world assembly on ageing. **International Social Security Review**, v. 55, n. 1, 2002.
- WISE, D. Retirement across decades, across nations (using HRS data). *In*: INTERNATIONAL HEALTH AND RETIREMENT SURVEYS CONFERENCE, Amsterdam, 1997. **Anais...** Amsterdã: International Health And Retirement Surveys, 1997.
- _____. Facilitating longer working lives: international evidence on why and how. **Demography**, v. 47, sup. 1, p. s131-s149, 2010.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

